MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

REGISTRO DE REUNIÃO

1. DADOS DA REUNIÃO

- 19ª Reunião Ordinária do Fórum Trabalhadores Portuários (Portaria n.º 479, de 31 de outubro de 2023 - 7725162 e Portaria n.º 562, de 18 de dezembro de 2023 - 7888993).

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
06/06/2026	10h	12h	Sala Plenária da Secretaria Nacional de Portos - SNP, 1º andar do Anexo I do Ministério dos Transportes, Brasília - DF.

2. PARTICIPANTES

2.1. Membros:

Nome	Unidade	E-mail
Edigar Martins	Coordenador - Geral CGGOV/DGMP/SNP	edigar.martins@mpor.gov.br
Cristina Dutra	FENOP	administrativo@fenop.org.br
Sérgio Giannetto	FNP	smgiannetto@terra.com.br
José Adilsom	FNE	joseadilson@estiva-es.com.br
Mario Teixeira	FECONVIB	fenccovib@fenccovib.org.br

2.2. Convidados:

Nome	Órgão/Instituição/Empresa	Modalidade	E-mail
Samuel Ramos Cavalcanti	Coordenador CGGOV/DGMP/SNP	Presencial	samuel.cavalcante@mpor.gov.br
Antônia Bruna	Servidora	Presencial	antonia.derze@mpor.gov.br
Mauro Costa Cavalcante	MTE	Via Teams	mauro.c.filho@trabalho.gov.br
Beatriz Gallotti Lopes	ABEPH	Via Teams	beatriz@gallotti.adv.br
Marco Antonio	FNE	Via Teams	estivamarcoestivador@gmail.com
Aline Bessa de Meneses	MTE	Via Teams	alline.meneses@trabalho.gov.br
Rafaele Rodrigues	?	Via Teams	
Claudomiro Machado	FNP	Via Teams	miro@sintraport.org.br

3. PAUTA

Item	Descrição
1	Abertura;
2	Apresentações
3	Encaminhamentos; e
4	Encerramento.

4. RELATO DA REUNIÃO

Item	Descrição
1	O coordenador Geral de Governança Portuária, Edigar Martins, representando o Secretário Alex Ávila, iniciou dando as boas-vindas aos participantes.
2	Em seguida, apresentou as pautas e delineou os temas que seriam discutidos ao longo do encontro. De forma objetiva, foram destacados os principais pontos a serem abordados, garantindo que todos os participantes entendessem o escopo e os objetivos da reunião do Fórum.
3	Em seguida, destacou que o principal ponto da pauta é o reporte sobre o status da greve e o andamento da mediação envolvendo as federações, especialmente a FENOP, além das alterações do relatório do PL nº 733 e dos relatórios dos grupos de trabalho. Em seguida foi proposto iniciar a discussão pelos relatórios das reuniões dos grupos de trabalho, sendo concedida a palavra à Sra. Cristina Dutra, para que iniciasse as apresentações, trazendo informações sobre as reuniões do Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero.
4	A representante da Federação Nacional das Operações Portuárias – FENOP, Senhora Cristina Dutra, informou que, devido à intensa agenda de atividades, o Grupo de Trabalho de Equidade de Gênero não realizou reunião no período. Entretanto, destacou que o grupo está elaborando seu plano de trabalho e que a próxima reunião foi agendada para o dia 23 de junho, ocasião em que serão apresentadas as propostas aos integrantes. Ressaltou ainda que o grupo tem avançado de forma consistente, com atuação coesa e alinhada aos temas em discussão.
5	O Sr. Edigar Martins, destacou a importância de estabelecer um cronograma das reuniões para facilitar o planejamento das atividades. Também foi reforçada a disponibilidade da equipe para prestar o suporte necessário ao Grupo de Trabalho. Além disso, foi levantado o questionamento sobre possível participação do Ministério das Mulheres nas atividades do Grupo de Trabalho, buscando esclarecer se há representantes do órgão integrando o grupo ou se as discussões estão sendo conduzidas exclusivamente de forma interna.
6	A Sra. Cristina Dutra, informou que a discussão sobre a ampliação da composição do Grupo de Trabalho será aprofundada na próxima reunião. Até o momento, foi aprovada apenas a inclusão de representantes da ANTAQ, mantendo-se os demais integrantes da composição atual.
7	A representante da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias – ABEPH, informou que não houve contribuições relevantes do Grupo de Administração Portuária no período, uma vez que as discussões estavam sendo realizadas de forma mais interna pelas entidades participantes, com posterior consolidação para apreciação conjunta.
8	Na sequência, o Sr. Edigar Martins, solicitou um breve relato sobre o movimento de paralisação, a mediação conduzida com o relator e os desdobramentos relacionados ao Relatório do PL nº 733. Também foi destacada a preocupação do Ministério com possíveis dissidências e mobilizações não previamente comunicadas, ressaltando a importância de as federações manterem informações atualizadas sobre paralisações e movimentos da categoria. O objetivo é permitir a articulação prévia dos órgãos competentes, garantir a segurança das operações portuárias e evitar falhas de comunicação, especialmente em situações que possam impactar atividades essenciais ou demandar atuação de órgãos de segurança e da Presidência da República.

Item	Descrição
9	Em seguida passou a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Estivadores – FNE, Sr. José Adilson Pereira, iniciou informando que, a mobilização inicialmente aprovada pela Federação Nacional dos Estivadores teve origem na divulgação de um substitutivo atribuído ao relator do PL nº 733, que retirava pontos considerados essenciais para a categoria, especialmente o reconhecimento da categoria profissional diferenciada. Entretanto, após reuniões e avanços no diálogo com o relator, foi concedido prazo para que as federações de trabalhadores e do setor patronal apresentassem propostas consensuais para os pontos em discussão. Diante desse cenário, a categoria optou por suspender a greve e substituí-la por atos de mobilização e protesto, preservando o espaço de negociação. Foi destacado que existem algumas dissidências localizadas em portos específicos, mas sem previsão de paralisações significativas ou impactos relevantes nas operações. Também foi ressaltada a importância de uma maior interlocução do Governo Federal com as entidades representativas dos trabalhadores, visando reduzir tensões e fortalecer o diálogo institucional. Por fim, informou-se que as federações seguem em negociações para construir consensos sobre temas ainda pendentes, como impactos sociais, aposentadoria especial, quebra da exclusividade e período de transição, com a expectativa de apresentar propostas ao relator e avançar na solução das divergências.
10	Na sequência, o Sr. Edigar Martins, questionou sobre o risco de ampliação das dissidências identificadas em alguns portos e sobre a possibilidade de esses movimentos se distanciarem das diretrizes definidas pelas federações. Foi destacado que, apesar dos avanços no diálogo com o relator e da suspensão da greve em favor de mobilizações, ainda não há segurança jurídica quanto ao texto final do PL nº 733, uma vez que a proposta poderá sofrer alterações durante sua tramitação legislativa. Também foi ressaltado que o Governo Federal possui limitações para atuar diretamente nesse momento do processo legislativo, sendo que uma articulação institucional mais efetiva dependeria de deliberações futuras nas instâncias competentes. Nesse contexto, manifestou-se preocupação com possíveis impactos de mobilizações locais não alinhadas às entidades representativas, especialmente em áreas estratégicas, e questionou-se se essas dissidências mantêm canais de negociação próprios que possam contribuir para a construção de soluções e para a prevenção de eventuais conflitos.
11	O Sr. José Adilson Pereira, esclareceu que o risco de novas mobilizações permanece enquanto não houver a definição do relatório final, uma vez que existem demandas específicas em alguns portos. Contudo, destacou-se que as dissidências identificadas decorrem, em sua maioria, de questões locais, eleitorais ou de interesses específicos, não estando diretamente relacionadas ao conteúdo do PL nº 733 nem a processos formais de negociação. Ressaltou que a tendência atual é de redução das tensões, especialmente diante dos avanços nas tratativas com o relator. Entretanto, observou-se que o cenário poderá ser reavaliado após a divulgação do relatório final, sobretudo caso o texto não reflita os entendimentos construídos entre as federações e o relator. Por fim, foi manifestada a expectativa de que o relatório contemple os pontos acordados e que as negociações em andamento permitam avanços adicionais, contribuindo para a superação dos conflitos e para a estabilidade das relações entre as partes envolvidas.

Item	Descrição
12	O Presidente da Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias – FENCCOVIB, O Sr. Mário Teixeira destacou que, não houve uma cisão entre as federações, mas sim diferenças de entendimento quanto às estratégias de mobilização. As entidades destacaram o respeito à posição adotada pela categoria dos estivadores, porém informaram que, após deliberação dos conselhos, optaram por não aderir à greve neste momento, mantendo-se em estado de expectativa quanto aos desdobramentos do Relatório do PL nº 733. As federações que representam um número expressivo de sindicatos entendem que a mobilização nacional poderá ser reavaliada futuramente, caso o relatório final não contemple os pontos considerados essenciais para os trabalhadores. Entre as principais preocupações estão a manutenção da categoria profissional diferenciada e outras questões relacionadas ao setor portuário. Por fim, foi manifestada a expectativa de que o relatório incorpore os avanços discutidos nas negociações e que o diálogo com o relator e os parlamentares da comissão possibilite o aperfeiçoamento dos pontos ainda pendentes.
13	O Coordenador Geral, Edigar Martins, destacou que o Ministério tem manifestado reiteradamente preocupação com a questão do vício de iniciativa, considerado um dos pontos mais sensíveis da proposta. Ressaltou-se que esse aspecto pode gerar questionamentos futuros e até mesmo comprometer parte do trabalho desenvolvido durante a tramitação do projeto. Também foi observado que ainda não há segurança quanto ao resultado final do processo legislativo, uma vez que alterações podem ocorrer tanto no relatório quanto nas etapas posteriores de votação e eventual análise de vetos. Nesse contexto, foi enfatizada a importância da articulação política e parlamentar para garantir maior estabilidade e previsibilidade ao texto que vier a ser aprovado.
14	O representante Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Sr. Mauro Cavalcante, iniciou destacando que seu conhecimento sobre as negociações se baseia no acordo firmado entre a FENOP, as três federações e o Ministério de Portos e Aeroportos, ressaltando que informações extraoficiais podem gerar ruídos, embora também possam contribuir para o amadurecimento das discussões. Em seguida, elogiou a existência do fórum de debate e sugeriu a participação de representantes da Casa Civil ou da Presidência da República, de modo a fortalecer a interlocução governamental em temas mais sensíveis. Também ressaltou que o Ministério do Trabalho valoriza a organização sindical e as decisões tomadas pelas entidades representativas, destacando que eventuais divergências entre bases sindicais possuem forte componente político e podem influenciar as decisões do governo. Citou ainda a realização de uma audiência pública em Santos para debater questões relacionadas ao setor portuário. Sobre o Projeto de Lei nº 733, esclareceu que o Ministério do Trabalho se posicionou contra a versão original por permitir a quebra da exclusividade do trabalho avulso. Contudo, observou que a versão atual do projeto altera apenas aspectos relacionados ao vínculo empregatício, após o cumprimento de diversos requisitos previamente acordados, o que exige uma análise mais precisa do conteúdo em discussão. Por fim, destacou a necessidade de aprofundar debates sobre questões financeiras e orçamentárias decorrentes da proposta, especialmente aquelas que podem gerar despesas para a União. Defendeu ainda a importância de aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e aplicação de penalidades, lembrando que experiências passadas demonstraram que leis sem instrumentos efetivos de fiscalização tendem a perder eficácia. Concluiu reafirmando a relevância do fórum para promover reflexões e aperfeiçoar o texto legal antes de sua aprovação definitiva.

Item	Descrição
15	O coordenador Geral, Edigar Martins, agradeceu as contribuições, destacando a importância das colocações apresentadas, e sugeriu a realização de uma conversa institucional posterior para aprofundar o diálogo e alinhar os pontos discutidos
16	O Sr. Mauro Cavalcante, defendeu a criação urgente de um grupo de trabalho para alinhar posições entre os órgãos governamentais envolvidos. Destacou que, assim como as federações e os empregadores constroem consensos internamente antes das discussões, o governo também precisa articular uma posição unificada entre os ministérios competentes. Segundo ele, esse alinhamento é fundamental para que instâncias superiores, como a Casa Civil e a Presidência da República, possam consolidar as informações e tomar decisões de forma mais eficiente.
17	O Sr. Edigar Martins, agradeceu a contribuição e sugeriu aprofundar posteriormente a discussão, especialmente sobre a forma de encaminhar o tema para instâncias superiores. Destacou que a construção de uma posição de governo envolve mais aspectos políticos do que técnicos, razão pela qual considera importante avaliar alternativas de encaminhamento. Também ressaltou a necessidade de trabalhar com diferentes estratégias e cenários para viabilizar o avanço das discussões e a tomada de decisões.
18	O Presidente da FNP, Sr. Sérgio Giannetto, destacou que a ausência de uma reunião com o Presidente da República não decorreu de falta de empenho, mas sim da dificuldade de sensibilizar as instâncias superiores sobre a relevância das demandas do setor portuário. Ressaltou a importância econômica dos portos para o país e defendeu que as discussões em torno do projeto possuem caráter essencialmente político. Informou que as três federações laborais aprovaram por unanimidade o acordo construído com a representação patronal e defendem que a proposta apresentada seja mantida integralmente, com ajustes pontuais. Entre os pontos que considera fundamentais estão a retirada da expressão “porto público” quando relacionada ao trabalho portuário, a preservação da categoria diferenciada, a valorização do trabalhador portuário avulso e a ampliação do período de transição previsto no texto, garantindo maior proteção aos trabalhadores registrados e ativos. Também destacou a necessidade de assegurar que a contratação de trabalhadores fora do sistema ocorra apenas após o esgotamento das possibilidades de utilização da mão de obra registrada e habilitada, respeitando as especificidades da atividade portuária. Por fim, afirmou que as entidades continuam comprometidas com a negociação e não pretendem realizar greve neste momento, embora possam participar de atos em defesa do acordo. Citou ainda a atuação de entidades externas que buscam representar categorias já organizadas e representadas por sindicatos e federações do setor, reafirmando a defesa da categoria diferenciada e da representatividade das entidades sindicais portuárias.

Item	Descrição
19	O Sr. Claudiomiro Machado, manifestou total concordância com a fala do Sergio Gianntto, em seguida ressaltou que, em relação à audiência pública mencionada, destacou que ela não terá impacto para a maioria dos sindicatos do setor, uma vez que sete dos oito sindicatos decidiram não participar. Informou ainda que as atividades portuárias seguem normalmente e que tentativas de mobilização e paralisação realizadas por grupos contrários ao acordo não representam a posição da maioria dos trabalhadores. Ressaltou ainda que houve avanços importantes nas negociações junto ao relator, incluindo garantias relacionadas à categoria profissional diferenciada, à Guarda Portuária e à manutenção dos direitos previstos no acordo. Para ele, o mais importante é assegurar que tudo o que foi negociado seja efetivamente cumprido, garantindo segurança jurídica, estabilidade nas relações de trabalho e proteção aos trabalhadores. Por fim, defendeu que o governo passe a atuar de forma mais positiva e construtiva para viabilizar a implementação do acordo, garantindo que os compromissos assumidos pelo relator sejam cumpridos. Reforçou que o trabalho desenvolvido ao longo de mais de um ano de negociações é sólido, amplamente representativo e busca assegurar direitos, estabilidade jurídica e tranquilidade para trabalhadores e empresários do setor portuário. O participante informou que estão sendo realizadas tratativas para solucionar a questão envolvendo o **Setarporte,** tendo sido apresentadas duas propostas de texto ao relator, que já reconheceu o enquadramento como categoria profissional diferenciada. Também foram realizadas reuniões com o deputado Carlos Zarattini e com o líder da bancada do PT, Helder Salomão, para apresentar a situação e demonstrar que os conflitos apontados são casos pontuais, concentrados principalmente em Santos e Fortaleza, não ocorrendo na maioria dos portos brasileiros. Foi destacado que a questão já foi amplamente debatida, inclusive durante reuniões do fórum e em encontros com parlamentares, buscando uma solução consensual. Entretanto, após essas discussões, houve divergências decorrentes de informações levadas à ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que, segundo o relato, não corresponderiam à realidade dos fatos. Por fim, foi reforçado que a legislação já prevê a figura da categoria profissional diferenciada, conforme a Lei nº 12.815/2013, e que as alterações discutidas não modificariam essa condição, razão pela qual o tema tem sido tratado não apenas com o relator, mas também com diversos parlamentares envolvidos no debate.

Item	Descrição
20	O Coordenador Geral, Edigar Martins, reconheceu as preocupações apresentadas e destacou que o órgão já tentou atuar sobre o tema, especialmente sob uma perspectiva técnica voltada à defesa dos portos públicos. Segundo ele, algumas redações propostas geram preocupações, principalmente diante do histórico de alterações legislativas que, em determinados momentos, acabaram sendo prejudiciais ao sistema portuário organizado. Por isso, defendeu a necessidade de uma visão de política pública consolidada para o setor. Também foi ressaltado que a discussão precisa avançar do campo técnico para o político, reconhecendo que o governo não acompanhou de forma suficientemente próxima os desdobramentos relacionados ao Projeto de Lei 733 e outras propostas semelhantes. Nesse contexto, solicitou maior participação e apoio das entidades envolvidas para fortalecer a articulação política. Como encaminhamento, informou que buscará agendar uma audiência com o ministro Tomé e dialogar com Mauro e com a Assessoria Parlamentar para definir estratégias de atuação institucional. Avaliou que a articulação junto à Casa Civil e ao Congresso depende principalmente da atuação dos ministros e de representantes políticos do governo, sendo necessário identificar o momento mais adequado para realizar intervenções. Por fim, afirmou que o Ministério pretende encaminhar formalmente as preocupações já registradas em atas ao ministro de Estado, buscando elevar o tema para uma discussão de caráter mais político. Encerrando sua fala, solicitou ao Sr. Sergio Giannetto um relato sobre os trabalhos do grupo técnico de Administração Portuária relacionados à minuta de acordo coletivo e sobre eventuais reuniões realizadas com as entidades envolvidas.
21	O Sr. Sergio Giannetto, relatou dificuldades no andamento das discussões sobre a portaria da guarda, informando que encaminhou uma minuta de proposta inicial para a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias – ABEPH, há mais de dois meses, mas até o momento não recebeu qualquer retorno. Segundo ele, novos questionamentos foram encaminhados durante a semana, porém novamente não houve resposta. Destacou que a expectativa é obter esse posicionamento para que as partes possam se reunir e avançar no debate. Informou ainda que a proposta foi encaminhada inicialmente à presidente da ABEPH, Sra. Gilmara Timoteo, que posteriormente indicou que o assunto estava sendo tratado pelo Dr. Fábio Silveira. Em razão disso, a documentação também foi enviada diretamente a ele, mas a entidade continua aguardando manifestação para dar prosseguimento às discussões.
22	O Sr. Edigar Martins, solicitou um reforço da atuação da ABEPH, não apenas na próxima reunião, mas também de forma antecipada, para contribuir com os encaminhamentos necessários. Ressaltou que, embora ocorram reuniões pontuais com a Secretaria de Portos, é importante que as discussões e posicionamentos sejam compartilhados para garantir maior alinhamento institucional. Manifestou preocupação com o acompanhamento das propostas legislativas relacionadas ao setor portuário, especialmente o Projeto de Lei nº 733, destacando a necessidade de que as informações cheguem em tempo hábil para análise e definição dos encaminhamentos do governo, com o apoio das administrações portuárias. Também enfatizou que a defesa dos portos públicos organizados pode estar sendo prejudicada durante a tramitação do projeto e defendeu a construção de uma posição institucional unificada sobre o tema. Segundo ele, é fundamental que associações, administrações portuárias e demais entidades envolvidas compartilhem suas avaliações e preocupações para fortalecer a atuação conjunta. Por fim, sugeriu que os assuntos relacionados especificamente aos portos públicos sejam tratados diretamente com a Secretaria de Portos e que os temas de interesse do fórum sejam pautados com antecedência, permitindo um alinhamento institucional adequado e a definição de estratégias de atuação dentro dos prazos necessários.

Item	Descrição
23	O Sergio Gianneto, destacou preocupações com dispositivos do Projeto de Lei nº 733 que podem afetar diretamente as autoridades portuárias. Entre os principais pontos, mencionou a ampliação da terceirização de atividades, alertando que funções essenciais poderão ser transferidas à iniciativa privada, enfraquecendo o papel das administrações portuárias. Também manifestou preocupação com propostas que, embora não utilizem formalmente o termo "concessão", podem resultar na transferência de grande parte das atividades e responsabilidades das autoridades portuárias para o setor privado, incluindo áreas de vigilância e guarda portuária. Por fim, defendeu a necessidade de um posicionamento das administrações portuárias, das entidades representativas e do governo sobre o tema, ressaltando que a discussão envolve não apenas a preservação dos postos de trabalho, mas também a manutenção das atribuições e da função estratégica das autoridades portuárias no sistema portuário nacional.
24	O Sr. Edigar Martins, informou que a preocupação apresentada será registrada em ata e reforçou a importância de verificar se já existe algum material ou posicionamento institucional sobre o tema. Destacou que essa preocupação já havia sido levantada anteriormente, mas considera necessário intensificar o diálogo para garantir um acompanhamento mais efetivo da questão. Também ressaltou que, diante das reuniões realizadas com representantes do setor, é urgente que sejam produzidos e compartilhados documentos técnicos que sirvam de subsídio para análise, alinhamento institucional e definição de estratégias de atuação. Informou ainda que a Secretaria já elaborou um material interno sobre o assunto, que será encaminhado aos demais participantes, mas defendeu que as preocupações sejam levadas também ao conhecimento do ministro. Por fim, foi assumido o compromisso de registrar e encaminhar formalmente as preocupações relacionadas aos portos estratégicos e à ampliação da terceirização, para que o tema seja devidamente analisado pelas instâncias competentes.
25	O Sr. Sergio Gianneto, fez questão de registrar sua admiração pelo trabalho realizado pelo ministro Silvio, ressaltando que o respeito e o reconhecimento por sua atuação não impedem a apresentação de críticas construtivas quando consideradas necessárias. Segundo ele, as observações feitas ao longo dos debates têm o objetivo de contribuir para o aprimoramento das ações e não representam críticas pessoais. Recordou que, logo no início da gestão, o ministro promoveu uma reunião com os representantes do setor e assumiu o compromisso de criar um fórum de diálogo. Inicialmente voltado apenas para a Guarda Portuária, o espaço foi ampliado a pedido dos participantes para incluir outras pautas relevantes para os trabalhadores portuários. Também destacou o trabalho desenvolvido pelos integrantes do grupo, enfatizando que os avanços alcançados, como a discussão da portaria da Guarda Portuária e de outros temas estratégicos, são resultado de um esforço coletivo. Por fim, ressaltou a importância do fórum como um espaço democrático de diálogo e construção de consensos, avaliando que essa iniciativa deixará um legado significativo para o setor portuário e para a trajetória dos envolvidos.
26	O Sr. Edigar Martins, avaliou que os resultados das discussões têm sido positivos até o momento, destacando que avanços adicionais em determinadas pautas dependerão da abertura ao diálogo e, principalmente, da articulação do governo. Ressaltou que, sem esse apoio institucional, será difícil alcançar novos progressos. Informou que os principais temas previstos para a reunião já haviam sido tratados e lembrou que o próximo encontro está agendado para o dia 1º de julho. Mencionou ainda a possibilidade de realização de reuniões dos grupos técnicos, especialmente do GT de Equidade de Gênero, bem como a expectativa de alinhamento entre a ABEPH e a FNP antes da próxima reunião. Comprometeu-se a manter o grupo informado sobre os encaminhamentos dos trabalhos técnicos e afirmou que buscará avançar nas tratativas relacionadas às questões discutidas, em especial aquelas envolvendo a atuação parlamentar, considerando o curto prazo disponível para articulações.

Item	Descrição
27	O Sr. Sergio Giannetto, registrou o reconhecimento ao Ministério pela contratação da Sra. Raquel Lenner, destacando sua trajetória profissional e sua relevante contribuição ao setor portuário. Ressaltado que Raquel Lenner, desempenhou um trabalho de grande qualidade em suas funções anteriores, contribuindo significativamente para pautas relacionadas aos trabalhadores portuários, incluindo negociações de acordos coletivos e questões ligadas à Guarda Portuária. Segundo o relato, sua atuação sempre foi marcada por competência técnica, profundo conhecimento das questões portuárias e sensibilidade em relação às demandas dos trabalhadores. Destacou ainda que a nova integrante reúne qualificação jurídica e experiência prática no setor, características consideradas fundamentais para fortalecer o diálogo e a construção de soluções equilibradas. Por essa razão, manifestou satisfação com sua chegada ao Ministério e solicitou que o registro de reconhecimento e congratulação fosse consignado em ata, estendendo os cumprimentos tanto à profissional quanto aos responsáveis pela sua indicação e contratação.
28	O Sr. Edigar Martins, agradeceu as manifestações anteriores e reforçou o reconhecimento à atuação da Sra. Raquel Lenner, destacando seu comprometimento com o setor portuário e sua capacidade de oferecer respostas qualificadas às demandas apresentadas.
29	A representante da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias – ABEPH, Beatriz Galotti, ressaltou que em relação aos questionamentos levantados anteriormente, informou que ainda não havia recebido os detalhes por parte de Gilmara, mas que registrou todos os pontos apresentados e se comprometeu a tratá-los internamente, retornando com os devidos esclarecimentos.
30	O Sr. Edigar, ressaltou que os temas discutidos deverão voltar à pauta da reunião agendada para o dia 1º de julho. No entanto, destacou a necessidade de antecipar as tratativas, especialmente no que se refere aos portos públicos, à administração portuária e às discussões relacionadas ao projeto de lei e seu substitutivo, considerando a urgência dos prazos envolvidos. Também enfatizou a importância de que as preocupações do setor sejam apresentadas diretamente ao secretário e ao ministro, argumentando que o posicionamento institucional não deve se limitar à visão técnica do Ministério, mas refletir as percepções e necessidades das administrações portuárias. Citou, como exemplo, preocupações anteriormente manifestadas por autoridades portuárias sobre modelos de concessão e seus impactos na manutenção da administração dos portos. Por fim, defendeu a construção de uma manifestação consolidada das administrações portuárias, entendendo que uma posição conjunta fortalece o diálogo institucional e contribui para a formulação de políticas públicas mais alinhadas à realidade do setor. Encerrando a reunião, agradeceu a participação de todos e confirmou o próximo encontro para o dia 1º de julho, ressalvando a possibilidade de novas reuniões caso surjam pautas urgentes antes dessa data.
31	O Coordenador Geral, Edigar Martins, encerrou a reunião expressando gratidão pela participação de todos e deixando espaço para eventuais dúvidas sobre os temas discutidos na 19ª Reunião.

5. AÇÕES

Item	Descrição	Responsável	Data Limite
2	Assinatura da Memória de Reunião	Edigar Martins	06/05/2026

6. AÇÃO

6.1. Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente pelos participantes acima identificados.

6.2. No caso de algum participante externo não possuir credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os participantes internos signatários **certificam** que os participantes externos acima identificados participaram da reunião e tomaram conhecimento do teor deste documento.

Documento assinado eletronicamente por **Alex Sandro de Ávila**, **Secretário Nacional de Portos**, em 23/06/2026, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3°, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **11417089** e o código CRC **DF868C6B**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo Oeste - Bairro Zona Cívico Administrativa
Brasília/DF, CEP 70044-902
Telefone: